

O DIREITO, A ÉTICA E A POLÍTICA: ALGUMAS REFLEXÕES

ARTHUR JOSÉ ALMEIDA DINIZ

Professor da Universidade
Federal de Minas Gerais

Atualmente, somos confrontados com problemas cotidianos onde nossa escolha, por mais inocente ou neutra que seja, implica na busca de uma ética. Todos os dias, seja ao café da manhã, seja esperando o elevador, um sentimento de desconfiança naquilo que executamos, naquilo que se constitui o âmago de nossas atividades, invade sorrateiramente a tranqüilidade de nossa rotina. E essa busca ética significa pensar-se no significado de nosso trabalho, de nossa cultura e de nossa vida, social ou particular, como sendo o lento despertar para realidades que tentamos descrever de modo imperfeito e confuso. Já se pensou e já se analisou nosso tipo de cultura à saciedade: "O superdesenvolvimento técnico e científico fica desmentido quando os bombardeios equipados de radar, os produtos químicos e as "forças especiais" da sociedade afluyente desencadeiam-se sobre os mais pobres da Terra, seus barracos, hospitais e campos de arroz. Os "acidentes" revelam a substância: rasgam o véu tecnológico, sob o qual se ocultavam os verdadeiros poderes. A capacidade de matar e queimar em grandes proporções, e o comportamento mental que lhe é concomitante, são subprodutos do desenvolvimento de forças produtivas, dentro de um sistema de exploração e repressão; parecem estas forças tornar-se tanto mais produtivas quanto mais confortável o sistema vai ficando para os seus privilegiados sujeitos. A sociedade afluyente demonstrou agora que é uma sociedade em guerra: se os seus cidadãos não o notaram, as suas vítimas já o perceberam, por certo." (1)

(1) MARCUSE, Herbert. "Eros e Civilização". Trad. Alvaro Cabral. Rio, Zahar, 1972, pág. 17.

Essa dúvida nos assalta: o conhecimento do fenômeno social encontra-se fracionado e torna-se difícil ordenarem-se as diversas teorias que manifestem as características de cada sistema social.

Textos claros, inequívocos e que possuem o encanto da síntese esclarecedora, foram o privilégio do século passado. Hoje, o Mundo tornou-se vasto campo de pesquisas, esforços díspares que refletem, contudo, a busca de certezas: "dai-nos uma interpretação do mundo, completa e satisfatória, que nos permita militar, com a consciência tranqüila, para um futuro radiante; dai-nos hoje nosso dogma de todos os dias." (2) Outra perspectiva é a de que vivemos "numa época onde tantos espíritos brilhantes e inteligências notáveis abandonam, negando o sujeito, a tradição humanista e se orientam num estruturalismo formalista ou para a valorização do irracional." (3)

O que se entende como sendo uma Ética para nossos dias? A resposta envolve uma atividade definidora do presente. É difícil negar-se a inquietude atual, cujos caracteres se diferenciam de uma crise ou crises do passado. Se a cada sua pena, para cada época, cada século, uma crise. O ato de identificar-se o que hoje vai mal, já traz em si uma proposta ética. Esta análise da ameaça difusa, trazida pelos radicalismos políticos, já contém no seu bojo uma idéia moral. E, de pronto, duas idéias afins podem ser extraídas desse fato: a primeira é a de que a vida política da qual assistimos os lances, está ligada a um sistema de valores. A segunda é que este sistema de valores é um esforço de justificativa moral do poder. Tal esforço está concentrado na busca da legitimidade. (4)

A raiz da palavra legitimidade está o vocábulo *lei*. Esta vinculação une o sentido de justificativa do poder ao jurídico, ao universo do Direito. O universo jurídico pode ser concebido como sendo o meio ambiente de toda atividade política, onde esta se desenvolve no processo contínuo de refletir a Justiça. A Ética é o ato de avaliar o comportamento social considerando-se tanto o individual quanto o comunitário. E isto porque a busca do ideal ético, a Justiça "(que) é uma virtude completa, não em si, mas em relação ao Outro. Também, freqüentemente, a Justiça torna-se a virtude mais importante e admirável do que a estrela da tarde e a da manhã. (...) É virtude absolutamente completa porque sua prática é a da virtude consumada. Ora, esta característica de virtude perfeita provém do seguinte fato: quem a possui poderá igualmente manifestá-la com referência ao outro e não unicamente por referência a si próprio. (...) O homem que exerce uma função pública está imediatamente em relação com o outro e participa

(2) DOMENACH, JEAN-MARIE. "Le retour du tragique". Paris, Seuil, 1967, pág. 9.

(3) GOLDMANN, LUCIEN. "Introduction à la philosophie de Kant". Paris, Gallimard, 1967.

(4) "E o desejo de legitimidade está profundamente enraizado nas comunidades humanas. É difícil encobrir-se qualquer tipo de governo na história que não tenha ou gozado de autêntico reconhecimento de sua existência ou tentado tornar-se legítimo. A universalidade deste fenômeno, entretanto, é desafiada e continuamente posta em perigo pela pluralidade de modelos e fontes de legitimidade". (STERNBERGER, Dolf. "Typologie de la légitimité". In BASTID, Paul et al. "L'idée de légitimité". Paris, PUF, 1967, pág. 87.

da comunidade civil. É esta a mesma razão que faz com que a única de todas as virtudes, a Justiça, pareça ser um bem que não nos é pessoal, pois interessa aos outros. E não lhes cumpre o que lhes é útil, quer se trate de magistrados ou do resto dos cidadãos? (...) A Justiça confunde-se com a virtude, mas em sua essência é diferente. Enquanto significa relação com o outro ela é a Justiça; na medida em que se constitui numa disposição adquirida ela é virtude, para se falar de modo absoluto.”⁽⁵⁾

2. DA ATIVIDADE POLÍTICA

A atividade política pode ser compreendida como sendo o ato de participar, quotidianamente, no ambiente em que se vive. Este ato participador que é fruto da consciência e das circunstâncias existenciais de cada um, revela a multiplicidade dos níveis que podem ser atingidos na realidade atual. Sua natureza “política” deriva da característica essencial da existência, que é compreendida como sendo social, comunitária e fruto da convivência. Esta é a origem da essência do político.” Para nós, aquilo a que chamamos de “político” nada mais é do que um simples aspecto ou lado, por assim dizer, da mesma vivência de que extraímos o conceito de direito e a essência do “jurídico”. Essa vivência é a vivência do “social”, da sociedade humana como “comunicação” e como grupo; da convivência com o próximo; a da mais íntima essência das relações entre o “eu” e o “outro”. Está aí, nesta idéia, cremos, o dado primordial, ao mesmo tempo último e irredutível, de que há que partir para toda tentativa de determinação do conceito de “político”.⁽⁶⁾

A atividade política, tal como a compreendemos, desenvolve-se principalmente no Estado. Este é o teatro de operações, quando compreendido em sua característica definidora: “Todo Estado, do modo como o conhecemos, é uma sociedade, a esperança de um bem, seu princípio, como toda associação, porque todas as ações humanas têm por fim o que julgam ser um bem. Todas as sociedades têm por objetivo algum proveito e este, o principal e contendo em si todos os outros, propõe o maior benefício possível. Denomina-se Estado ou Sociedade Política.”⁽⁷⁾

Mas há formas da atividade humana que transcendem o âmbito do Estado. A convivência afetiva, a cultura, por exemplo, possuem objetivos situados além do seu âmbito. Mesmo a atividade política pode ser compreendida num conceito mais amplo e ser desligada das atividades particulares de cada sistema político e de suas interferências nos destinos dos seus membros. Por sistema político compreende-se “um

(5) ARISTÓTELES. “Ethique de Nicomaque”. Trad. de Jean Voliquin — Paris, Garnier, 1950, L 5, c. 1, 15-16-17-20.

(6) MONCADA, L. CABRAL DE — “Do conceito e essência do político” — Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, 30:7-37, jan. 1971, pág. 20.

(7) ARISTÓTELES — “Politique” — Paris, PUF, 1950. Aristóteles vai falar da Polis e não do Estado, “termo que entrará na língua francesa no sec. XVI, sem dúvida por truncamento do italiano e particularmente de Machiavel. Mas, na Política, a Cidade corresponde mais exatamente à noção que hoje é a de Estado do que à “cidade.” (op. cit., nota 1, pág. 7.)

sistema (...) identificado como um conjunto de interações abstraídas da totalidade do comportamento social através dos quais os valores são alocados autoritariamente para uma sociedade. (8)

A atividade política é ato participador da vida presente e é uma totalidade. Abarca todas as formas que podem ser pensadas de se criar e modificar, que também constituem objeto da Ciência, considerando-se esta última o progresso feito no controle da matéria. Este controle é uma das formas do poder e assim, objeto da política. (9)

A vida política pode ser compreendida por um sistema de valores comuns, no esforço de se justificar o poder. Este ato justificativo configura a busca da legitimidade e é a causa moral do poder. Esta causa moral, esta justificativa moral do poder visa torná-lo legítimo.

E estes atos participam do campo de atividades do Direito. Este é o ordenamento da conduta humana, conseqüentemente, da conduta política. E o é porque sua idéia central é a comunidade humana, de sociabilidade. O conceito de humano, sem a idéia do social, do outro, é desprovido do significado de sua realidade. Torna-se justificativa moral porque, ao definir-se a Ética, está-se ao mesmo tempo descrevendo a conduta humana, isto é, a prática contínua de atos em que o Outro os integra como o complemento necessário. A política é compreendida em seu conceito mais amplo e desligada, de certo modo, das atividades particulares de cada sistema político.

A leitura do mundo atual é um esforço de se compreender o comportamento da sociedade humana enquanto criadora da realidade contemporânea e aí se subordinam as atividades particulares de cada sistema político. Estas atividades particulares adjetivam a idéia de Política, mas constituem-se em partes do todo maior contido nesse conceito de política. Complementando este conceito, acrescenta-se à experiência da realidade atual os modos de se responder aos problemas que integram o conceito de natureza humana: o da sobrevivência, do Poder (aqui englobando o controle do meio ambiente, tanto humano quanto natural) e o do comportamento perante a Morte. A Política assim pensada, deve ser liberta dos comprometimentos com sistemas particulares de atividades "políticas", porque ela é mais ampla. Trata-se apenas de compreender o pensamento político como ética de comportamento perante o Outro. Sua linguagem é a jurídica porque é também ordenamento da conduta humana. Este ordenamento tem sido realizado pelo Direito que

(8) EASTON, DAVID — "Uma teoria de análise política" — Trad. de Gilberto Velho. Rio, Zahar, 1968, pág. 89. O autor introduz a idéia de "alocação autoritária de valor". Um dos pontos que nos fazem compreender o Estado de nossos dias é sua capacidade de impingir valores à sociedade atual. Sem uma análise ética, criticar-se o Estado como veículo de propaganda seria mera discordância formal de seus atos.

(9) "De saída, a ciência se coloca, então, como ato e problema político. Os aspectos políticos, estratégicos ou diplomáticos de certos trabalhos de pesquisa científica não são mais separáveis de seus aspectos técnicos. No preparo das decisões não há mais fronteiras distintas entre o domínio do político e do científico. Em certos casos, a fronteira é tão tênue que o poder de decisão pertence de fato aos cientistas sobre questões de ordem política ou aos homens políticos sobre questões de ordem científica. A ciência oferece seus serviços ao poder e torna-se parte integrante de seu destino." (SALOMON, Jean-Jacques, *Science et Politique*. Paris, Seuil, 1970, pág. 21.)

se liberou, progressivamente, do sagrado, refletindo a volta da atividade política a significar o relacionamento do soberano com o súdito, desligados do imperativo religioso. (10)

O que informa o possível na esfera jurídica é a realidade haurida na experiência política. O que informa a estrutura jurídica é a busca proporcional ao interesse de cada um. Esta proporcionalidade é fruto do conhecimento real dos dados fornecidos pelo Outro. Esta busca, fruto da convivência social, produto da comunidade, sinônimo de política, pode ser considerada como elemento definidor da Ética. Este acervo de dados sobre o conhecimento do Outro, deslindamento de justas e registro tanto formal quanto consuetudinário do procedimento humano constituem-se na messe da prudência ética.

3. ÉTICA E POLÍTICA

O pensamento político deve ser informado pela Ética. Esta, em última análise, é o ato de aceitar-se a condição humana e realizá-la em plenitude pela harmonia da convivência tanto consigo próprio quanto com o Outro.

O agir político deve ser tornado factível pelo Direito, raciocinável pelo estudo da História, que é a memória da Política. Ato participador do presente, a Política deve ser instruída pela Ética. Esta é a arte de se compreender o humano e vai refletir no Direito sua didática magna.

A crise atual, cujos lances caracterizam-se pela corrida ao poder armado, diferencia-se das anteriores, pelas possibilidades oferecidas pela ciência no controle global e em escala planetária. O interesse político atual concentra-se no esforço em atingir a legitimidade, característica da atividade política bem sucedida. Esta análise ético-política que se reveste na busca da legitimidade teve concentrada no Estado, até hoje, a sua forma e sua linguagem. Mas uma análise ética deveria buscar dados relativos ao comportamento humano no que este possui de universalidade. Esta análise, timidamente feita, criou lentamente a idéia clara da dignidade humana, cujo teor é o das declarações dos direitos humanos. Pelo desenvolvimento dessa análise que deve transcender o âmbito dos Estados, poder-se-á conhecer melhor os elementos definidores do próprio Estado. E nisto vai consistir a análise do presente. O esforço empreendido na busca do poder global vem relegando o Estado ao plano mediato dos lineamentos políticos. Este, considerado até hoje como o catalizador dos valores das diferentes comunidades, tem perdido gradativamente esta faculdade. O controle do poder deixou de ser privilégio do Estado para se tornar o empreendimento básico de blocos de poder que se constituem por Estados. Estes abdicam da soberania externa no que diz respeito às prerrogativas tradicionais de declarar

(10) "Assim delineia-se uma evolução que o Congresso de Westfália marcará o termo. Os tratados de 1648 sancionaram o sistema pluralista e secular de uma sociedade de Estados independentes, a partir de então, e substituída da ordem providencial e hierárquica da Idade Média." (VISSCHER, Charles de — "Théories et réalités en Droit International Public". — Paris, Pedone, 1970, pág. 17). Esta passagem da ordem medieval às instituições absolutistas vai significar o aparecimento da idéia do Estado e nos oferece um ponto de partida para o estudo de sua metamorfose nos totalitarismos contemporâneos.

guerras, enviar emissários, realizar alianças comerciais e políticas. O Estado perde sua personalidade efetiva para se tornar membro de um conjunto maior e alheio aos interesses humanos. (11)

O processo descrito por Hobbes no *Leviatã* pode ser adaptado ao que hoje se passa com o desaparecimento progressivo do Estado como centro imediato de poder, para converter-se no Títore de um conjunto maior de poder cuja característica, também de nosso dias, é o gigantismo. (12)

E o Estado moderno vai abdicar do direito de se governar para se unir ao simulacro de comunidade internacional.

O aparecimento dos blocos de poder atual, a bipolaridade, metamorfose do equilíbrio do poder, é hoje o seu desequilíbrio.

A análise ética deve oferecer dados relativos ao comportamento humano e ultrapassar os limites estreitos dos sistemas políticos, subordinados estes ao sistema transnacional do poder e oferecer uma possibilidade de julgamento dos atos praticados. Este julgamento apoia-se no Direito, enquanto ordenamento da conduta humana, tendo em vista a busca da proporcionalidade dos bens, da produtividade e, sobretudo, do trabalho social internacionalmente dividido. (13)

(11) "O Estado moderno, herdeiro dos reis de outrora, concebeu-se a si próprio como uma pessoa superior ao corpo político, que, ou bem domina o corpo político, do alto, ou bem absorve-o em si." (...) O fato fundamental é a interdependência agora incontestável das nações, fato que não é um garante da paz, como se acreditou um momento, mas muito antes um garante de guerra: por quê? Porque esta interdependência das nações é essencialmente uma interdependência econômica, não uma interdependência politicamente consentida e querida e politicamente estabelecida. Em outros termos, porque ela resulta de um processo meramente técnico ou material e não de um processo simultâneo de ordem autenticamente política e racional." (MARTIN, Jacques. "L'Homme et L'Etat". Paris, PUF, 1953, págs. 180/177). O autor descreveu com acuidade o início da crise atual: a interdependência econômica dos Estados. Entretanto, a característica desse processo está caminhando para o desaparecimento dos Estados, em conjuntos maiores, desprovidos de quaisquer interesses humanos e comprometidos em manter sua vitalidade que pode ser compreendida como seus esquemas de segurança. Os blocos atuais de poder revelam-se desligados de quaisquer compromissos com seus componentes humanos — o povo. Apenas como exemplo, que se cite o caso da seca, na África, que devasta cinco Estados há mais de dez anos. Para manter o prestígio internacional de seu desenvolvimento, vários Estados negaram-se a enviar aos organismos internacionais, há mais de seis anos, quaisquer comunicados com referência aos efeitos destruidores da seca. O que interessava era o alto índice de desenvolvimento, fonte de empréstimos vultosos, o que possibilitaria o reforço dos esquemas de segurança das tribos dominantes. Os habitantes que morrem às centenas de milhares deixaram de ser o móvel da atividade política desses Estados. O importante era oferecer os relatórios bem feitos em que os níveis de ausência de problemas internos confirmavam os créditos maiores.

Mas nesse mesmo continente, há vozes que revelam a consciência do problema humano assim destruído. "Cometemos um erro em escolher dinheiro, algo que nós não possuímos, para ser o instrumento maior de desenvolvimento. Estamos enganados quando imaginamos que obteremos dinheiro dos países estrangeiros — primeiramente porque para se dizer a verdade, não obteremos dinheiro necessário ao desenvolvimento, e, em segundo lugar, porque mesmo que o obtivéssemos, a completa dependência da ajuda externa teria posto em perigo nossa independência e as outras políticas do país." DAVIDSON, Basil. "Which way Africa?", Middlesex, Penguin Books, 1971, pág. 219.

(12) HOBBS, THOMAS — "Leviathan". Oxford, At the Clarendon Press, 1965, 2.ª parte, cap. 17, onde Hobbes descreve os colossos modernos: "This is the Generation of that great LEVIATHAN, or rather (to speak more reverently) of that MORTAL GOD, to which we owe under the Immortal God our peace and defence." E é tanto mais sinistro seu pensamento ominoso quanto mais se acentuam, hoje, os radicalismos políticos.

(13) Pelo trabalho social internacionalmente dividido, pretende-se apontar algum exemplo do que se passa, atualmente, no mercado internacional de matérias-primas, onde, a atividade desordenada dos países exportadores e dos compradores pode ser classificada como predatória. Cf. a respeito a obra de Pierre JALÉE. "Le pillage du Tiers Monde". Paris, 1965, e, para o caso específico da América Latina Andre Gunder FRANK. "Capitalismo y subdesarrollo en América Latina". Buenos Aires, ed. Siglo Veintiuno, 1973. Os efeitos desastrosos da energia malversada encontram uma análise em Ivan ILLICH, "Energie et équité". Paris, Seuil, 1973.

O Direito vai haurir na Justiça o critério de repartir aquilo que os poderes absolutos têm retido indevidamente. Até certo ponto há que se alterar a bilateralidade da norma jurídica, considerada sob o prisma individual do Eu e do Meu para admitir-se o Outro e, além mesmo das fronteiras das soberanias internas, o limite estreito de uma ordem jurídica especializada e confundida com o Estado. "Dentro de una sociedad coinciden con frecuencia repartidores y recipiendários, puesto que los repartidores poderosos non se suelen olvidar; pero también aquí siempre existen otros posibles recipiendários. Pero no es posible pararse en la bilateralidad del reparto. La función pantónoma de la justicia, que exige la distribución de todos los objetos repartibles entre todos y cada uno de los hombres (y entes personales), de acuerdo a determinados critérios, hace que los repartos no sólo sean bilaterales (=sociales, de "socius"), sino que sean *omnilaterales* (= sociales, de "societas"). (14)

O Direito estabelece normas visando à convivência e esta é determinada pelo caráter social do Homem. O Estado deve ser compreendido como algo imerso no sistema ético (*ethos, mores*, costumes, hábitos) e donde são ordenadas as idéias mestras de comunidade e do ato de se comunicar. Uma análise ética, que possa abranger as formas atuais da vida política, deve libertar-se das estruturas tradicionais do Estado para refleti-las como fenômeno histórico. Nesse exame histórico de formas de sociabilidade, em que se inclui o estudo do Estado, caracteriza-se sua crise. (15)

Esta crise pode ser compreendida como o processo que vem sofrendo o Estado, enquanto sujeito a hierarquias que tendem ao domínio da comunidade internacional e ao desconhecimento da dignidade da comunidade interna de cada Estado. Este, ainda capaz de identificar os objetivos comuns de seus membros componentes, passa a ser dirigido por interesses estranhos à sua natureza, que é o fruto dos desejos dos homens de um mesmo grupo social no seu interior. Por superficial que seja, uma análise do comércio internacional vai demonstrar a existência

(14) GOLDSCHMIDT, WERNER — "La ciencia de la justicia". Madrid, Aguilar, 1958, pág. 108. Por "función pantónoma de la justicia" significa o Autor a infinidade de acontecimentos que se constituem em causa e efeito: "La categoría pantónoma de la justicia exige, por ejemplo, que la distribución de bienes y males entre las personas sea justa (valor o deber ser) de modo que cualquier injusticia efectiva (mundo real) basta para que el ideal se frustre." op. cit., pág. 55. Assim, a Idéia de Goldschmidt é a de extrapor a Idéia de justiça do estreito conceito de sua bilateralidade, para o mundo real do social, para os vários modos de existir e, consequentemente, para a pluralidade que forma o conteúdo do social.

(15) Trata-se de apontar a crise do Estado como desligado de sua tendência e de seu desenvolvimento normais "(...) constituindo-se em si mesmo progresso sadio e autêntico (...) fato peculiar, o próprio nome de Estado somente aparece no curso da História moderna. Sua noção estava implicitamente contida no velho conceito de cidade (*polis, civitas*, o que significava essencialmente corpo político) e, mais ainda, no conceito romano de Império. Nunca foi explicitada na Antigüidade. Por um tipo de ambivalência histórica que se pode, lamentavelmente, encontrar em grande número de casos, o desenvolvimento normal do Estado — que se constituía em progresso sadio e autêntico — e o desenvolvimento da falsa concepção — absolutista — jurídica e filosófica do Estado, foram produzidos todos os dois ao mesmo tempo." (MARITAIN, Jacques. "L'Homme et l'Etat". Paris, PUF, 1953, págs. 13/14.)

do comportamento das hierarquias que tendem ao controle dos Estados. (16)

Esta crise coincide, também, com o desequilíbrio atual do Poder, que se caracteriza pela perda, por parte dos Estados, de seu poder decisório de alocar valores às comunidades internas. Desaparecem sob lideranças políticas transnacionais, dando nascimento a novo organismo político que se caracteriza pelo monopólio planetário. Estes sistemas monolíticos, que se constituem por blocos de Estados, monopolizados pelo "Partido" ou por uma "Política" (Policy) dominantes, perdem objetivos identificáveis com a Pessoa Humana. Esta ainda era identificável no sistema "Estado", isto é, no âmbito de poder circunscrito por ele. A idéia de "pessoa" é naturalmente eliminada para melhor controle e eficiência politico-econômica. Michel VIRALLY identifica bem este processo: "Há, hoje, duas novidades. A primeira é bem evidente. O poder, a partir de agora, não é mais de origem colonial. Sua base é ao mesmo tempo militar e econômica. O poderio econômico é a condição do poder militar, ao mesmo tempo que um de seus aspectos. É no interior das suas fronteiras que o "Grande" contemporâneo vai achar a fonte de sua força — não externamente, nos territórios a serem conquistados e submetidos. Nas circunstâncias históricas de nosso século, esta situação conduziu a uma concentração de poder, absolutamente sem precedente, nas mãos de dois Estados mamutes, dispendo cada um de um território de dimensões continentais." (...) "A segunda novidade é menos visível. Tem, talvez, mais importância para o que nos propomos. Os poderes mundiais de hoje, como os de outrora, são movidos por interesses nacionais, entre os quais as considerações de segurança têm o primeiro lugar. Assim, quando se esforçam por estabelecer uma ordem internacional estável, por acordo entre si, estão agindo, de certo modo, como gerentes dos negócios da comunidade internacional" (17)

(16) "A deterioração da relação dos preços de troca dos produtos primários é uma ilusão ótica. É resultado de uma identificação abusiva das exportações dos países ricos com as exportações dos produtos manufaturados e das exportações dos países pobres com as exportações de produtos primários.

O cobre da Rodésia ou do Congo, e o ouro da África do Sul não são mais primários do que o carvão que, outrora, era um dos produtos principais de exportação da Inglaterra. Do mesmo modo, o açúcar é quase tão "manufaturado" quanto o presunto ou a margarina e com certeza mais "manufaturado" do que o whisky da Escócia e os grandes vinhos franceses. O café, o cacau e o algodão (principalmente o algodão) sofrem, antes de ser exportados, uma elaboração tão importante que chega a ser mais do que a madeira da Suécia ou do Canadá. O petróleo exige instalações tão custosas quanto o aço" (...) "Entretanto, os preços de uns baixam e os de outros aumentam, e a única característica comum a uns e outros é que são respectivamente os produtos de países pobres e de países ricos. A indústria têxtil era um dos pilares da riqueza dos países industrializados, o cavalo de batalha da Inglaterra. Porém, desde que se converteu na especialização dos países pobres, seus preços alcançam salário de miséria para os trabalhadores e uma utilidade média ao capital investido mesmo que a técnica empregada seja a mais moderna." (EMMANUEL, Arghiri. "El intercambio desigual". Trad. de Jorge E. Navarrete e F. Bravo. México, ed. Siglo Veintiuno, 1972, pág. 33.) Assim, o poder de decidir em quaisquer matérias, que possam afetar o bem-estar do povo de centenas de Estados, encontra-se controlado por reduzida comunidade internacional. E trata-se de um (...) "aspecto de transculturação do processo de desenvolvimento. O Ocidente (considerado aqui como a comunidade atlântica dos países desenvolvidos e suas ramificações ultramarinas) difunde conhecimento, pericia, organização, valores, tecnologia e capital para uma nação pobre, até que, com o tempo, sua sociedade, cultura e povoação se convertam em variantes do que fez com que a comunidade do Atlântico ficasse próspera economicamente." (NASH, Manning. "Introduction, Approaches to the Study of Economic Growth". In NASH, Manning & CHIN, R. ed. *Psyche Cultural Factors in Asian Economic Growth*. Journal of Social Issues. 29(1):3, jan. 1963.

(17) VIRALLY, MICHEL. "L'organisation mondiale". Paris, Armand Collin, 1972, pág. 13.

Outra abordagem a ser considerada numa análise ética que compreenda as formas atuais da vida política deve ser a tentativa de se refletir uma História da Consciência, considerada esta em seu significado corrente, tanto a individual quanto a coletiva. E “as grandes formas de consciência traçam, assim, segundo as linhas de reflexão do homem sobre si mesmo e sobre o mundo, manifestadas nas suas obras culturais. Elas se encadeiam segundo um movimento contínuo, que permite pensar a história como um processo de *humanização* (prolongando o processo biológico de *hominização*, que conduziu ao *homo sapiens*), ou seja, como advento progressivo do *reino do homem*. (18)

Esta análise ética possui, como seu objeto, o estudo da vida política. A vida política é componente do ato definidor do Homem. É razoável tentar compreender-se a perda coerência da natureza humana no esforço de se refletir sobre o Presente. Talvez, o método de Aristóteles, baseado na realidade da convivência humana nos fornecesse um roteiro. E isto porque vivemos, atualmente, “uma época onde tantos espíritos brilhantes e inteligências notáveis abandonam, negando o sujeito, a tradição humanista, e se orientam num estruturalismo formalista ou para a valorização do irracional.” (19)

Torna-se oportuno pensar no Direito e no fato de que ele reflete, de modo explícito, a consciência moral de várias culturas. E para tanto, acrescenta-se, ainda, que o controle da matéria, excessivamente apurado e o domínio de áreas cada vez maiores por uma Tecnologia abrangente, vão desnortear a idéia do Homem como tendo permanecido o mesmo, despojado, em contraste com uma ciência que descreve sistemas cada vez mais perfeitos. Desse progresso obtido pela Ciência é que decorre a necessidade, sentida por alguns, de se modificar o comportamento humano. Propõe-se, dentro da perspectiva científica, “corrigirem-se” os erros cometidos pela Humanidade. A crise do Estado, em nossos dias, corresponde, também, à idéia de que se possa “pensar a Política como uma ciência exata.” (20)

As teorias positivistas tradicionais propõem o estudo da matéria como uma realidade definitiva que fornece dados físicos tranquilizadores para o cientista por sua permanência e invariabilidade. Utilizando-se desse raciocínio para o estudo das Ciências Humanas, obtém-se o fenômeno humano reproduzido em análises e oferecendo possibilidades de controle semelhante aos dos fenômenos físico-químicos. Por outro lado, a pesquisa das ciências da natureza leva à descoberta de conjuntos existentes além do universo do microscópio eletrônico e influencia o raciocínio de um novo modelo para a estrutura humana. Implica na busca

(18) VAZ, HENRIQUE C. DE LIMA. “Ontologia e História”. São Paulo, Duas Cidades, 1968, pág. 323.

(19) GOLDMANN, LUCIEN. “Introduction à la philosophie de Kant”. Paris, Gallimard, 1967, Introdução.

(20) HELMER, OLAF & RESCHER, NICHOLAS. “On the Epistemology of the inexact sciences”. Texto mimeografado para o Departamento de Ciência Política da UFMG.

de novos métodos para as Ciências Humanas. E altera as teorias que as consideravam controláveis. (21)

Sugere hoje, com acerto, o aspecto imprevisível e incontrolável da ciência social, porque esta possui, como objeto, o estudo da realidade humana. Esta é o fenômeno do qual participamos e que somos incapazes de descrever de modo cabal. É impossível que possamos compreender de modo integral o nosso próprio Ser. A máxima de Sócrates continua, pois, uma advertência útil para o estudo das Ciências do Homem. E aí, também, a diferença entre o conhecimento científico e o conhecimento filosófico. (22)

Aí, também, uma possibilidade para o conhecimento do que pode ser descrito como o perene humano. E, na impossibilidade do conhecimento unívoco do Ser, resta-nos a tentativa de se restaurar a consciência racional, que é fruto da convivência humana, fonte da ética e da atividade política. Todos os caminhos buscados devem confluir para o Outro, ponto cardeal do Meu agir. (23)

Sem admitir-se o Outro como ponto cardeal do nosso Agir, a ciência que controla o mundo exterior desorienta-se de suas metas. (24)

4. CONCLUSÃO: RETORNO DO POLÍTICO AO HUMANO

Finalmente, uma análise ética propõe uma volta da política aos termos humanos. Mas o que se entende por humanizar a política? Entende-se este processo pelo ato de incorporar-se a idéia da Existência Real do Outro ao nosso agir contemporâneo. Por excesso de mecanismos interiores de defesa, tendemos a eliminar a idéia de que alguém, além de nós próprios, possa compreender ou mesmo suspeitar de nossa com-

- (21) A idéia de se poder controlar ou prever a História é ligada à atitude dos sociólogos europeus do séc. XIX. Para estes o resto do mundo se tornou um vasto museu de cultura. Museu do Homem em que se exibiam os troféus analisados sob o crivo de uma cultura eurocêntrica. Ideologia que vai desembocar no critério atual para se classificar o Poder, desenvolvido e subdesenvolvido, apoiado na eficiência econômica. "A História, então, padecia das mesmas deformações que as outras ciências sociais. Se os antropólogos voltavam os olhos para o resto do mundo, era para buscar exemplos entre os "povos primitivos" a fim de melhor realçar a própria superioridade — e os historiadores incorporavam esse ponto de vista. O provincialismo europeu dominou toda a ciência social" (IGLESIAS, Francisco. "Ideologia e História". São Paulo, Perspectiva, 1971, pág. 38).
- (22) (...) "uma análise empírica do real (...) é o escopo do conhecimento científico. O segundo é uma análise ontológica do real. Este, o fim do conhecimento filosófico." (MARITAIN, Jacques. "The range of Reason". New York, Scribner's Sons, 1952, pág. 8.) Com o adjetivo "empírico" quer o autor significar o fato de se obterem realidades mensuráveis, cujo ato de conhecimento é interpretativo, fragmentário e finito. Por "ontológico", entende-se o conhecimento do Ser, dotado de características cuja finitude é impenável.
- (23) "A vida de uma pessoa supõe a vida de outra, outras, para as quais a pessoa sai do seu eu. A pessoa é inconcebível sem amor, isto é, sem saída para o outro, sem capacidade de doar e de sacrificar. Fora do eu e do tu, existe o nós, e, conseqüentemente, a sociedade. Nós é um fato primordial. O eu não existe somente em relação ao tu, mas ao nós. De um certo modo, poder-se-ia dizer que Deus não somente criou a Pessoa, mas também a Sociedade, como criou o Cosmos. Nós não é uma soma, mas uma realidade sui generis." (BERDIAEFF, Nicolas. "De l'esprit bourgeois". Paris, Delachaux et Niestlé S.A., 1949, pág. 95.)
- (24) O problema vivido atualmente é que "Assim, pode se calcular que nossa civilização sofre de uma espécie de delírio técnico, onde os desenvolvimentos da ciência rompem cada vez mais com as realidades e as possibilidades naturais. Há uma distância crescente entre a condição do homem e seu poderio técnico. Este poderio acaba por nos exilar de um mundo agora excessivamente restrito. Como se as pesquisas dos sábios e as criações dos engenheiros nos tenham feito perder a medida humana.

Pode-se falar de uma autêntica fabulação material, os mecanismos do poder se libertando aos poucos de todo controle e consagrando a humanidade às fantasmagorias da guerra, do Estado totalitário e do sistema concentracionário." (GUSDORF, Georges. "Mythe et Métaphysique". Paris, Flammarion, 1953, pág. 20.)

plexidade interior. Ou que nossos objetivos sejam intraduzíveis. Estas atitudes ligam-se à característica individualista do último século, fruto do Romantismo. O auto-domínio, o controle dos sentimentos autênticos eram os objetivos pessoais de cada um. (25)

Nessa postura defensiva e refratária à realidade de que, mais do que viver, a convivência traduz nossa característica humana, encontra-se a crise do indivíduo e refletida na Política. Esta é a arte da convivência. Arte da convivência, porque "o ser humano é impossível numa esfera fechada de interioridade quiescente. O ser humano tem de estar continuamente se exteriorizando na atividade." (26)

E a constante didática existencial é aquela de se descobrir o Outro, em ato de alterar a agressividade hereditária, bem descrita pela obra de Freud, quando já tinha sido detectada pelo idealismo alemão, ao descrever aspectos dessa agressão como sendo a "exploração do homem pelo homem" e que em Hegel constitui-se no conceito básico da alienação. Um contemporâneo vai comentar bem essa convivência dialética: "Vê-se que o problema da exploração é ligado ao da desigualdade, da hierarquia, da autoridade, da vontade de potência, da força, da astúcia. (...) Aqui, o problema torna-se mais profundo do que havia sido percebido por Marx. Freud, ao dizer que o maior obstáculo encontrado pela civilização é o da agressividade contínua contra o outro, coloca o dedo numa das dificuldades, sobre a natureza quase biológica — genérica — da dificuldade. No âmago do homem nascem a propriedade, a hierarquia, a dominação, a exploração, o sacrifício do outro (o bode expiatório) (...) Certamente, a natureza e a natureza humana — as mesmas — praticam o auxílio mútuo, a solidariedade, a cooperação, mas numa dialética unida intimamente à agressão, ao rapto, ao assassinato." (27)

Essas atitudes contraditórias podem e se resolvem no confronto, no ato de se incluir o outro em nosso raciocínio íntimo de poder.

Inspirada pela Ética, que é a busca da Justiça, a Política se manifesta no Direito pela atividade do ordenamento da "Polis".

Humanizar é também o conhecimento progressivo da nossa proximidade e de nossa identidade em escala planetária. Uma Ética para nossos dias propõe o sentimento da identidade da natureza humana em seus lineamentos básicos. Estes foram por demais ignorados na última guerra. Seria, hoje, atitude suicida reviver-se uma Ética estanque, isto é, limitar-se a vivência dos ideais e do bem-estar humanos de deter-

(25) "Mas que dizer da natureza HUMANA, que também é uma parte da natureza? A resposta é que os métodos que foram tão magnificamente coroados de êxito para medir e dominar a natureza inanimada foram aplicados à natureza humana do séc. XIX. Concebeu-se o homem como objeto a ser pesado, medido e analisado. E era impossível evitar, portanto, ver o homem como natureza inanimada, como algo IMPESSOAL. A natureza humana tornou-se algo sobre o qual também era preciso adquirir poder, algo a manipular e a explorar — tal com exploramos o carvão em nossas montanhas e o aço que convertemos em carrocerias para os nossos automóveis." (MAY, Rollo. "Psicologia e Dilema Humano". Trad. Alvaro Cabral. Rio, Zahar, 1973, pág. 27.). O autor caracteriza, acuradamente, o divórcio entre a identidade pessoal, o Eu e a Natureza Humana, considerada como algo distinto da nossa própria identidade. Se esse fracionamento existe, na esfera íntima de cada um, o que se pensar da vida social, onde a comunidade é o fato mal aceito?

(26) BERGER, PETER L. "A construção social da realidade". Trad. F. S. Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1973. págs. 76/7).

(27) MORIN, EDGAR. "Introduction à une politique de l'Homme". Paris, Seuil, 1965, pág. 32.

minados povos em detrimento de outros. Trata-se, agora, de elaborar a Ética planetária, sem compartimentos sinistros. Para tanto, a Política deve refletir o ordenamento mundial. ⁽²⁸⁾

A necessidade dessa política a ser pensada em termos universais pode parecer utópica. Entretanto, o sofrimento imposto aos povos só se torna imaginável, aos nossos olhos, quando refletimos sobre as atrocidades cometidas na Europa durante a última guerra. Pode-se, a partir daí, avaliar-se o drama da África, fornecedora de vítimas para o trabalho escravo há vários séculos. A partilha da África antecipa, de alguns anos, o que foi vivido pela Europa durante a Segunda Guerra Mundial. O sofrimento real e vivido pelos povos da África também parece quimérico, como o que se passou, na Europa, de 1939 a 1945. Nosso individualismo tende a negar tanto a tragédia quanto a ética... até sermos as próximas vítimas.

O esforço da política deve ser orientado no sentido da descoberta do real. Este deverá encerrar o seu aspecto tríplice de humano, ético e político. A ética de compartimentos tem sido a característica inevitável de nossos dias. ⁽²⁹⁾

Trata-se, finalmente, de descobrir nossa totalidade no processo simultâneo do presente. De rever a simplicidade do viver, apenas embaçada pelo nosso orgulho, fruto da ambição insegura.

(28) "Se nossos órgãos são instrumentos naturais, nossos instrumentos são, por isso mesmo, órgãos artificiais. A ferramenta do trabalhador continua o seu corpo. A ferramenta da humanidade é assim um prolongamento de seu corpo. A natureza, ao nos dotar com uma inteligência essencialmente fecunda, havia nos preparado certa grandeza. Mas as máquinas que funcionam com petróleo, com carvão, com hulha branca, e que convertem em movimento as energias potenciais acumuladas durante milhões de anos, forneceram ao nosso organismo uma extensão tão vasta e uma potência tão formidável e desproporcional à sua dimensão e à sua força que, certamente, nada foi previsto no plano estrutural de nossa espécie. Foi uma chance única, a maior conquista material do homem sobre o planeta. Talvez um impulso espiritual tivesse sido imprimido no começo. O prolongamento foi feito automaticamente, servido pelo golpe de enxada accidental que feriu sob a terra um tesouro miraculoso. Neste corpo que cresceu desmesuradamente, a alma permanece o que sempre foi, minúscula para ocupá-lo, frágilima para dirigi-lo. Daí o vazio entre ele e ela. E daí os temíveis problemas sociais, políticos e internacionais que se constituem nas múltiplas definições deste vazio que, a preenchê-lo, provocam hoje tantos esforços desordenados e ineficazes. Seriam necessárias novas reservas de energia potencial, desta vez moral." (BERGSON, Henri. "Les deux sources de la morale et de la religion". Paris, PUF, Ed. du Centenaire, 1959, pág. 1.239.)

(29) "Imagino o que teria acontecido se Hitler tivesse aceito as regras do jogo impostas em Munique e dissesse: 'não sairei das fronteiras do Reich, contanto que tenha carta branca dentro delas'. Dachau, Buchenwald e Theresienstadt estariam em funcionamento dentro da civilização européia do séc. XX, até que o último judeu tenha sido feito sabão. Haveria palavras nobres em Trafalgar Square no Carnegie Hall, para audiências cada vez mais reduzidas e entediadas. Talvez a sociedade pudesse, na ocasião, ter boicotado vinhos alemães. Mas nenhum poder exterior teria agido. Os turistas enxameariam nas auto-estradas e nos balneários do Reich, circulando perto, mas não tão perto assim, dos campos de extermínio (...) haveria numerosos pedantes e jornalistas para nos assegurar que os rumores eram exagerados, que Dachau possui alamedas agradáveis. E a Cruz Vermelha teria enviado pacotes por ocasião do Natal (...). Uma das coisas que não consigo apreender, embora tenha escrito a respeito, tentando situá-la numa perspectiva suportável, é a relação de tempo. Num ponto prévio, em tempo razoável, o Prof. Mehring estava em sua biblioteca, conversando com os filhos, lendo livros, passando a mão sobre uma toalha branca, numa sexta à noite (...). Precisamente, à mesma hora em que Mehring ou Langer estavam sendo exterminados, a pluralidade esmagadora dos seres humanos a duas milhas, em aldeias polonesas, ou a 5 mil milhas, em Nova Iorque, dormia, comia, ia ao cinema, copulava, ou se aborrecia com o dentista. É aqui que falha minha imaginação.

Mas se os povos da Europa ocupada tivessem decidido a ajudar os judeus, pelo menos identificando-se simbolicamente com o destino de seus concidadãos judeus, o banho de sangue nazista não teria tido sucesso. É sabido que, através da coragem de algumas comunidades cristãs, como as da Dinamarca, Noruega e algumas partes da Bulgária, os cidadãos judeus foram protegidos." (STEINER, George. "Language and Silence". New York, Atheneum, 1967, págs. 131/133; STEINER, George. "Sprache und Schweigen". Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1973, pág. 192.)